



PARTE D

TRIBUNAL DE CONTAS

Direção-Geral

Aviso (extrato) n.º 5050/2017

Para cumprimento do disposto alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se público que o técnico superior José Manuel Rosa Dionísio Guerreiro, posicionado na 13.ª posição remuneratória e nível remuneratório 54, foi desligado do serviço para efeitos de aposentação, a partir de 01 de abril de 2017.

4 de abril de 2017. — A Subdiretora-Geral, *Márcia Vala*.

310411637

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Despacho (extrato) n.º 3924/2017

Por despacho do Juiz Presidente da Comarca de Santarém proferido em 31 de março de 2017, ao abrigo do disposto nos artigos 105.º da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, alterada pela Lei n.º 40-A/2016 de 22 de dezembro, e 21.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, foi renovada a comissão de serviço do Senhor Secretário de Justiça Manuel Luís dos Santos Grilo, como Administrador Judiciário da Comarca de Santarém, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 16 de maio de 2017.

4 de abril de 2017. — O Juiz Presidente da Comarca de Santarém, *Luís Miguel Caldas*.

310423585

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Aviso n.º 5051/2017

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira e categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 15556/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 13 de dezembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com o técnico de informática Joaquim Manuel Martins Azeitona, com efeitos a 1 de abril de 2017, sendo integrado no escalão 1, entre o índice 370 e o 400, da carreira de técnico de informática, constante do mapa II anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, em conjugação com o mapa I a que se refere o n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 54/2003, de 28 de março e o mapa I a que se refere o n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de março.

O período experimental inicia -se com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo n.º 10 do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

10 de abril de 2017. — O Juiz-Secretário, *Carlos Castelo Branco*.

310422904

Aviso n.º 5052/2017

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira e categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 15556/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 13 de dezembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com o técnico de informática Luís Alberto Caetano de Barros Guimarães Assunção, com efeitos a 1 de março de 2017, sendo integrado no escalão 1, índice 332, da carreira de técnico de informática, constante do mapa II anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, em conjugação com o mapa I a que se refere o n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 54/2003, de 28 de março, e o mapa I a que se refere o n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de março.

O período experimental inicia -se com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo n.º 10 do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

10 de abril de 2017. — O Juiz-Secretário, *Carlos Castelo Branco*.

310422864

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Despacho n.º 3925/2017

Licenciado Fernando de Jesus da Luz, Procurador-Geral-Adjunto jubilado, a prestar serviço na Procuradoria-Geral Distrital do Porto, ao abrigo do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 42/2016 de 28/2, cessou as referidas funções no dia 24 de março de 2017. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

7 de abril de 2017. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*.

310423796



PARTE E

AUTORIDADE NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL

Despacho n.º 3926/2017

A sociedade United Jet Services, S. A., com sede na Rua Bartolomeu de Gusmão, n.º 118, em Tires, foi titular de uma licença de transporte aéreo que lhe foi concedida pelo Despacho n.º 22983/2009, de 29 de

setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 19 de outubro de 2009, tendo a última alteração sido efetuada pelo Despacho n.º 1420/2014, de 16 de dezembro de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, de 29 de janeiro de 2014.

Tendo o Certificado de Operador Aéreo da referida empresa caducado no dia 12 de dezembro de 2014, comunica-se que a referida licença de